



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB Nº
03498584

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0000922-84.2007.8.26.0264, da Comarca de Novo Horizonte, em que é apelante HELIANDRO DO BONFIM sendo apelado ROBERTO JUNIOR DELFINO (MENOR(ES) ASSISTIDO(S)).

ACORDAM, em 26ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO E REJEITARAM O PREQUESTIONAMENTO. V. U.", de conformidade com o voto do(a) Relator(a), que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores FELIPE FERREIRA (Presidente sem voto), RENATO SARTORELLI E VIANNA COTRIM.

São Paulo, 27 de abril de 2011.

ANDREATTA RIZZO
RELATOR

91

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

Comarca: Novo Horizonte – Vara Única

Apelante(s): Heliandro do Bonfim


Apelado(s): Roberto Júnior Delfino

VOTO Nº 27.816

Reparação de danos materiais e morais
- Atropelamento de menor que
atravessou estrada vicinal, por detrás
de ônibus de onde acabara de descer -
Velocidade excessiva do automóvel -
Culpa do motorista - Danos materiais
não comprovados - Depressão,
consubstanciada em revivescências do
passado, com a etiopatogenia também
ligada a outro infortúnio familiar -
Irrelevância - Sofrimento inescusável
da vítima - Dano moral devido -
Sentença confirmada - Recurso
improvido.

Ação de indenização por danos materiais e morais, em virtude de acidente de trânsito e que culminou com o atropelamento do autor, julgada, parcialmente procedente pela sentença de folhas 140/145, relatório adotado.

Apelou o réu e pleiteou a reforma da decisão ao argumento de inexistência de danos morais indenizáveis, imputando à vítima imprudência na



2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

travessia da estrada vicinal. Alternativamente, pediu a redução do “quantum” indenizatório.

Recurso, regularmente, processado, sobrevindo parecer favorável da douta Procuradoria de Justiça.


É o relatório.

A douta sentença merece confirmação.

É fato incontroverso, nos autos, o atropelamento sofrido pelo menor impúbere, à época com seis anos de idade, e os ferimentos graves por ele experimentados.

Não se duvide, também, que o apelante imprimia ao automóvel velocidade excessiva para o local.

O laudo do instituto de criminalística assim concluiu: **“o veículo de placas BQW 9022, quando do acidente, rodava a velocidade de 85,19 km/h, velocidade, essa, não compatível com as exigências dessa rodovia”...** ressaltando que **“a velocidade máxima permitida é de 60 km/h”** (fls. 24).



3

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

Bem caracterizada, pois, a culpa, na modalidade imprudência, do motorista causador do dano.


Reconheça-se, em boa verdade, que o menor e outras crianças atravessaram, sem olhar, por detrás do ônibus, de onde haviam descido, e, nessa dinâmica, foram colhidos.

A prova documental e testemunhal respaldam esse entendimento, o que poderia sugerir até, uma concorrência de culpa.

Todavia, essa circunstância já foi considerada pela juíza sentenciante na dosimetria da reparação, de tal sorte que irrelevante quaisquer outras considerações a esse respeito.

Os danos materiais, à falta de provas de gastos e despesas médicas e hospitalares, foram bem arredados, sobrando, apenas, o exame e aferição dos danos morais.

A avaliação psicológica da vítima, apontando, embora, a existência de haver, ela, sofrido trauma ao saber da morte do avô materno assassinado



4


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

(fls. 104) apontou que **“o adolescente Roberto Júnior Delfino apresenta uma significativa diminuição dos mecanismos de ação para a vida, ou seja, uma redução do humor, segundo um quadro compatível com depressão”**.

E a perda trágica de um ente querido poderia ter desencadeado, como desencadeou, transtorno definido como revivescência que faz com que o indivíduo **“além de recordar as imagens, sente como se estivesse vivendo novamente a tragédia com todo o sofrimento que ela causou originalmente. Essa psicopatologia então é a recorrência do sofrimento original de um trauma que é desencadeante das alterações neurofisiológicas e mentais”** (fls. Idem).

Em outras palavras, a morte violenta do avô suscitou, no menor, lembranças do acidente do qual foi vítima.

E não é só. O menor, contando, na ocasião, com seis anos, apenas, teve ferimentos graves de ordem cranioencefálica, permaneceu em regime hospitalar durante oito dias e se submeteu a uma série de exames e procedimentos.




5

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

Nessa situação, não existe criança impúbere, por mais calma e dócil, que não fique assustada com o ambiente frio, impessoal e estranho de um hospital, o quanto basta, ao meu ver, para afirmar-se que, durante aquele período, padeceu de sofrimento, dor, aflição e outros distúrbios, que, por si, justificam a reparação.

Como adverte Antonio Jeová dos Santos:
“O só fato de alguém ter causado lesão à integridade corporal de outrem, já é o suficiente para engendrar o dano moral. Quão corriqueiro é, a vítima de acidente de trânsito, que sofreu ferimentos, mas que não a tornou incapaz para o trabalho ou para as atividades do dia-a-dia, que não chegou a sofrer diminuição no patrimônio, que, apenas viu-se ferida, tentar mostrar trauma psicológico, tudo adredemente pensado, sem que de fato tivesse ocorrido, apenas para justificar o pedido de indenização. Nada mais desnecessário.

Quando o pedido de indenização por dano moral está fundamentado nas lesões que alguém causou a outrem, seja de forma culposa ou dolosa, a dor causada pelo ferimento, já é, de si, suficiente, para a existência do dano. A incolumidade física e



6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Seção de Direito Privado – 26ª Câmara
APELAÇÃO COM REVISÃO
Nº 0000922-84.2007.8.26.0264

peçoal é uma projeção do direito à vida e, o só fato de colocá-la em perigo, seja com lesão simples ou grave, torna o ofensor passível de indenizar sua vítima” (in “Dano Moral Indenizável”, RT, 4ª edição, pág. 239).

Diante do exposto, nego provimento ao recurso e rejeito o prequestionamento uma vez que não foram violados dispositivos legais.


ANDREATTA RIZZO
Relator